

# VOZES FEMININAS: MEMÓRIAS SOBRE A RELIGIOSIDADE NA VIDA DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES

## *FEMALE VOICES: MEMORIES ABOUT RELIGIOSITY IN THE LIVES OF ITALIAN IMMIGRANTS AND THEIR DESCENDANTS*

Cristiane Bondan Raampazzo<sup>1</sup>

Gerusa Bondan<sup>2</sup>

Alexandra Spolti<sup>3</sup>

### RESUMO

O sistema patriarcal, que sempre reforçou a importância do masculino, relegou às mulheres condições secundárias e de inferiorização na sociedade. Nesse sentido, no presente artigo, escuta-se o que as mulheres têm a dizer sobre o passado vivido na região de maior concentração de colonização italiana do Estado do Rio Grande do Sul acerca da igreja como instituição e dos padres como seus representantes, e sobre a influência por eles exercida no cotidiano dos imigrantes. Para tal, foram entrevistadas dez mulheres, todas com mais de oitenta anos de idade, que tenham algum vínculo com a questão da italianidade. A intenção é poder perceber como essas descendentes dos imigrantes italianos veem hoje esse passado, e o modo como a religião – a igreja e os padres – atuou no sentido de manutenção da situação vigente à época.

**Palavras-chave:** Igreja; Padres; Imigrantes italianos; Mulheres.

### ABSTRACT

*The patriarchal system, which has always reinforced the importance of the masculine, relegated women to secondary and inferior conditions in society. In this sense, in this article, we listen to what women have to say about the past lived in the region of Italian colonization in the State of Rio Grande do Sul about the church as an institution and the priests as its representatives, and about the influence exercised by them in the daily lives of immigrants. To this end, ten women were interviewed, all over eighty years of age, who have some connection*

---

1 Departamento de História da Universidade de Caxias do Sul, ênfase em História do Rio Grande do Sul e Migrações.

2 Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (1999), Especialização em Literatura Infante-Juvenil pela Universidade de Caxias do Sul (2003) e Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (2012).

3 Graduada em Fisioterapia pela Faculdade da Serra Gaúcha - FSG (2013) com bolsa integral PROUNI. Título de Especialista em Fisioterapia em Gerontologia pela Associação Brasileira de Fisioterapia em Gerontologia - COFFITO/Abrafige (2024). Mestra em Envelhecimento Humano - Bolsista Fundação Universidade de Passo Fundo, na linha de pesquisa Gerontecnologia (2024).

*with the issue of Italianity. The intention is to be able to understand how these descendants of Italian immigrants see this past today, and the way in which religion – the church and priests – acted to maintain the situation in force at the time.*

**Keywords:** Church; Priests; Italian Imigrants; Women.

## INTRODUÇÃO

É fato que, conforme sentenciou Simone de Beauvoir (1967), por muito tempo, os homens foram concretamente os donos do mundo. A anatomia masculina era representativa do modelo da perfeição, em detrimento do seu ‘oposto’, o corpo feminino, e características como coragem, força e virilidade eram vistas – pelos homens – como inerentes à figura masculina. A supremacia masculina delegou pouco ou nenhum prestígio às mulheres, que foram isoladas pelos homens da esfera mais abrangente da sociedade em seus campos econômico, social, religioso e político.

Na corroboração da dominação masculina no ocidente, foi decisivo o papel da igreja católica, cuja desconsideração da mulher constituiu elemento de coesão na sua instituição. O desvendamento do sexo por Adão e Eva foi atrelado à mulher pelo Papa Clemente de Alexandria, no século II (Gatt, 2019, p. 5). Esta foi uma das razões pelas quais a mulher foi excluída do âmbito social, dado que a ela foi imposto o rótulo de pecadora e pervertida. De igual modo, a Lei Secular substanciou o seu confinamento ao espaço pertinente à esfera doméstica por seu caráter reducionista, ao estigmatizar o ser feminino por sua natural frivolidade, artilosidade, perspicácia e desprovida de sagacidade e inteligência.

Sabe-se que a imigração italiana na região da serra gaúcha, que ocorreu entre o fim do século XIX e o início do século XX (Thiel, 2024), possui sua matriz religiosa fundada no catolicismo, e que seus pressupostos se mantiveram quando do estabelecimento dos imigrantes no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, o presente artigo traz as memórias de mulheres descendentes de imigrantes italianos em relação ao papel da igreja na sociedade da época, bem como suas percepções atuais acerca dessa influência.

Nesse contexto em que importa sobremaneira a memória feminina, é oportuna a afirmação de Chauí (2000, p. 158), de que “a memória é a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais”. Desse modo, postula-se que o presente artigo possa, também, servir como uma forma de salvaguarda do passado pelas ‘mãos da memória’ das entrevistadas, afinal, como bem apontou Maluf (1995, p. 19-20):

o confronto entre a história das mulheres e a história dominante [...] apresenta uma privilegiada oportunidade para o historiador repensar os parâmetros que informam a interpretação histórica. Tal confronto permite a reescrita constante da história a partir de outras formulações e outras experiências, o que possibilita a contínua emergência de novos sujeitos. Assim, as noções de mudança e movimento histórico revelam diferenciados agentes, igualmente participantes do processo histórico, inseridos na trama social, política e econômica de formas até aqui pouco capturadas.

O recorte espacial adotado para tanto é a RCI – região de colonização italiana do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente, parte da área que abrange a denominada serra gaúcha, e as colaboradoras orais são todas católicas e representam a terceira geração de imigrantes. São mulheres que nasceram entre os anos de 1925 e 1945, possuem mais de oitenta anos de idade, e residem na cidade de Bento Gonçalves – RS. As entrevistas foram realizadas nos meses de março e abril do ano de dois mil e vinte e quatro<sup>4</sup>. Das dez entrevistadas, apenas a metade nasceu no município de Bento Gonçalves; as demais se mudaram após o casamento e nasceram nas cidades de Farroupilha, Garibaldi, Muçum, Arroio do Meio e Veranópolis, sendo que duas nasceram na cidade e oito em localidades do interior. Atualmente, duas mulheres são casadas e oito viúvas, sendo que todas tiveram filhos. Ademais, todas são alfabetizadas, brancas e eleitoras.

Ao final das audições e transcrições, para o devido enquadramento no escopo da pesquisa, foram selecionados os trechos mais significativos para o tema desse estudo. Nas citações que constam nesse trabalho, foram realizadas correções quanto à fala e à pronúncia e suprimidas repetições.

A opção por entrevistar somente mulheres deve-se ao fato de que elas foram historicamente invisibilizadas, mas, devido à sua significativa participação no desenvolvimento da região colonial, suas contribuições podem enriquecer a historiografia por fornecer um novo olhar acerca da história da imigração.

A metodologia da história oral, que faz uso da memória, possibilita, por meio das entrevistas, através da imersão em memórias individuais, compreender as trajetórias de vida dos indivíduos, assim como das sociedades em que estão inseridos. De acordo com Bosi (2004, p. 54), “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”.

---

4 Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

História e memória são complementares, visto que uma depende da outra. A memória é formada por lembranças e esquecimentos, já a oralidade é uma das formas de materialização da memória, uma vez que possibilita trazer à tona importantes aspectos de vivências passadas, e dessa forma recriar, mesmo que parcialmente, o espírito de uma época, contribuindo para a tessitura da História.

Teoricamente, essa pesquisa enquadra-se na Micro História, visto ela compreender tanto análises micro quanto macro, o que proporciona novos entendimentos acerca da trajetória das sociedades, uma vez que oportuniza “o surgimento de uma infinidade de problematizações, como maneiras de pensar a relação entre o individual e o coletivo, a família e a comunidade, o local e global, e também a produção social do espaço” (Becker Neto; Vendrame, 2022, p. 76).

Encontrou-se, pois, nas fontes orais, uma forma de pensar essa tessitura de relações oportunizada pela Micro História, dado que, embora o que se concertou chamar aqui de História Oral esteja vinculada a moldes culturais, seu estudo ocorre segundo “conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e por meio do impacto que essas tiveram na vida de cada uma” (Portelli, 1997, p. 15). A história das mulheres, nesse contexto, foi acolhida pela História Oral, já que o uso das fontes orais ampliou “o cenário da pesquisa histórica” (Salvatici, 2005, p. 31) e introduziu “novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres comuns” (Salvatici, 2005, p. 31).

## **1 A RELIGIÃO ENTRE OS IMIGRANTES ITALIANOS SOB A ÓTICA FEMININA**

Dotada de complexidade e subjetividade, a religião abarca uma multiplicidade de áreas das ciências e suscita diferentes pesquisas, que vão desde o seu surgimento e fenomenologia até a sua prática em comunidades distintas. Dias (2012, p. 16) traz a importância da religião “na formação cultural e na construção dos sentidos no âmbito social, assim como no individual, [porque] aponta as vivências intersubjetivas, e é nessa fronteira que a pessoa se situa, elaborando sua experiência e atribuindo significados, transformando a si e ao mundo”. Nessa demanda de localização e identificação, a religião pode ser considerada como produção humana de uma realidade dentro da qual os homens procuram “se entenderem e se explicarem a si mesmos no mundo” (Berger, 1985, p. 7).

No que cabe ao tema do presente estudo, todavia, volta-se o foco ao seu caráter de coletividade, uma vez que os imigrantes italianos que se

instalaram no Brasil – cerca de 1,4 milhões de pessoas (IBGE, 2024) – eram católicos habituados a frequentarem a igreja, dado que permite conceituar a religião, também, enquanto “sistema solidário de [...] crenças e práticas que unem na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem” (Durkheim, 1955). De acordo com Rampazzo (2023, p. 43):

os imigrantes aqui chegados, portadores de uma forte crença religiosa, concebiam que Deus teria poder para agir sobre tudo e todos, trazendo a cura para os males e bênçãos para suas vidas, sendo que procuraram reproduzir nas colônias a mesma forma de religião que era professada em seus países de origem.

Ademais, diante das dificuldades que implicam uma imigração e, no caso dos italianos, a instalação em terras completamente desconhecidas e em condições precárias, é comum a necessidade de identificação como grupo social, como coletividade. Nesse contexto:

esses estrangeiros escolheram justamente a religião como elemento de reorganização e identificação social [...] porque a religião é o principal elemento de ordenação do mundo. Em outras palavras, a religião, enquanto experiência social do homem, seria a legitimadora da ordem, da harmonia universal, capaz de dar significado à vida dos indivíduos. Então, teria sido esse o fator que fez com que a maioria dos italianos imigrados se apegasse à religiosidade no momento em que reconstruía seu mundo social. Ou seja, era por meio da religião que eles compreendiam suas existências, seus pertencimentos e pautavam suas relações sociais (Machioski; Gonçalves, 2019, p. 172).

O poder da igreja era oriundo da legitimação recebida dos próprios imigrantes. Em outros termos, nessa posição de dependência da igreja, para quem se encontrava em um mundo novo, onde tudo era diferente de sua pátria de origem, não era incomum o sentimento de perda identitária, e “o apego ao discurso religioso preenchia não só um vazio espiritual para esses imigrantes, mas também de identificação, sobretudo, social e cultural” (Machioski; Gonçalves, 2019, p. 172). Em confirmação ao descrito supra, Manfroi (1975, p. 139) descreve que:

A Religião Católica foi, sem dúvida, a força que permitiu aos imigrantes italianos se integrarem no novo ambiente e formar aquela solidariedade indispensável para enfrentar

todas as dificuldades materiais e psicológicas dos primeiros tempos. [...] Foi em torno da religião e da expressão de seus sentimentos religiosos que eles encontraram a própria identidade cultural, único meio capaz de evitar o desajustamento social.

Zanini (2006, p. 137) também considera que “a religião foi um dos elementos mais importantes no processo de enraizamento do imigrado em terras brasileiras”. Vannini (2010, p. 2-3), por sua vez, reforça esta afirmação:

Os italianos, que já eram católicos de origem, encontraram na igreja a referência da organização social na nova terra. Em torno das capelas, originaram-se as comunidades e as bases para o desenvolvimento econômico e político. Aliado a isto, ainda estava o fator espiritual. No relativo isolamento das colônias, a religião foi elemento estabilizador e normatizador do grupo em questão.

Para a instituição do catolicismo nas terras colonizadas pelos imigrantes italianos eram imprescindíveis, no entanto, a existência de igrejas e a presença de padres. Os imigrantes precisavam deles, inclusive, no processo de apropriação e transformação do espaço a ser colonizado, em que estavam implicados seus “modos de vida e aspectos da cultura e identidade desse grupo social” (Manfio; Pierozan, 2022). A igreja e os padres representavam a essência da cultura dos imigrantes, mesmo que “parte da cultura e identidade foram sendo recriadas no novo território” (Idem).

As igrejas, além de servirem de local de orações e de manutenção da fé – materialização visível dos costumes e valores dos imigrantes italianos (Manfio; Pierozan, 2022) –, assumiram a posição de ponto de encontro para os habitantes das proximidades. Além da prática dos sacramentos, na igreja se reuniam para as diversas atividades que envolviam os moradores. Toda a vida social na colônia girava em torno da igreja. Pode-se dizer que a Igreja acompanhava o homem desde o berço até o túmulo e adotava algumas práticas que lhe permitiam o controle sobre seus fiéis. Foucault (1988, p. 26) traz que “por meio da confissão, a Igreja Católica controlava as palavras, os pensamentos, os desejos carnisais, o prazer e os pecados [...]” e, mais do que isso, determinava o que era pecado ou não.

Muitas foram as igrejas e empreendimentos construídos sob a supervisão e pelos padres, e com o auxílio financeiro das próprias pessoas residentes nas localidades que receberiam essas construções. Firma-se, assim, “a religiosidade católica como aspecto fundamental da identidade

cultural da região, pois estão materializados os elementos deste universo como: capelas, monumentos aos religiosos já falecidos, grutas, capitéis, altares religiosos nas casas, igrejas” (Manfio; Pierozan, 2022).

Exemplos são a igreja de Santo Antônio e o Colégio Scalabriniano Medianeira<sup>5</sup>. De acordo com Terezinha Veiga (93 anos, 2024), “os padres ficavam muito tempo, os que ficaram construíram a igreja, porque era uma casinhola de madeira [...]”. O padre Luís Mascarello “ficou mais tempo, praticamente construiu a igreja”.

O padre era um ser soberano para os imigrantes italianos. Cabia-lhe a função de exercer o poder religioso sobre eles com legitimidade, uma vez que o seu discurso era aceito pelos colonizadores, que lhe deviam respeito e obediência. O padre fazia parte do cotidiano do colono como representante da verdade. Seus preceitos eram acatados prontamente, sem questionamentos, e um deles era o jejum como preparação para a comunhão. Segundo Ida Tomasi (92 anos, 2024), “ah, era horrível [...] a gente não podia comer depois de meia noite [...] para ir comungar!”:

O padre, homem sábio, era a autoridade constituída mais respeitável, por estar sempre no cotidiano de seus fiéis súditos, que procuravam, além de amparo da Divina Providência, um amparo moral, que impedisse e amenizasse seu sofrimento, um homem sábio que transmitisse, não importa a qual interesse, coisas novas, coisas concretas, que trouxesse a tão esperada benção da família, da lavoura, da casa, dos animais, fontes primordiais de energia para estas pessoas (Lenzi, 2022).

Marcelina Soares (96 anos, 2024) comentou que, na localidade em que morava, não havia padre fixo. Os colonos geralmente eram atendidos pelo pároco de Garibaldi, mas na impossibilidade desse, pelo de Monte Belo do Sul, e que tinha missa uma vez por mês. Perguntada se os padres eram muito rigorosos, respondeu que “não, eu gostava deles”.

Mercedes Zandoná (86 anos, 2024) corrobora o descrito supra por Marcelina Soares. Ela também relatou que os padres iam uma vez por mês na comunidade em que ela vivia: eram “muito queridos, muito, um melhor que o outro”, visitavam as famílias, benziavam as casas e “depois, às vezes, já almoçava[m] lá, tomava[m] café [...] eles se tornaram que nem amigos da família”.

Assim como Terezinha Veiga (93 anos, 2024), Clari Sartor (87 anos,

---

5 Ambos em Bento Gonçalves – RS.

2024) recordou as festas do mês de maio, considerado o mês de Nossa Senhora. Enquanto a primeira rememorou participar da simbólica coroação de Nossa Senhora na igreja matriz, essa lembrou que ia todas as noites, junto com a avó, na celebração Mariana. Além destas, as demais colaboradoras comentaram a ocorrência das festas dos padroeiros, das procissões e outros eventos festivos nas comunidades católicas.

Dir-se-ia de uma forma de manter os hábitos adquiridos e cultivados na Itália e, na colônia, um meio eficaz de conservar a união entre as famílias – dado que, no interior, era comum que as casas fossem afastadas entre si. Ainda, era uma estratégia conveniente no sustento da fé do imigrante na igreja católica e na angariação de fundos para as paróquias.

Eutália Bianchetti (89 anos, 2024), na mesma seara, descreveu que não se pagava dízimo. Cada família ajudava a igreja da forma como podia, mas não havia cobrança fixa, e que os padres tinham muito mais trabalho do que hoje em dia, porque não dispunham de auxílio como atualmente: “... não tinha tanto ministro como tem agora que faz, paga, recebe. Naquele tempo, eram os padres [...] iam a cavalo nas casas”. Pode-se observar que, para as famílias que viviam no interior, distantes das vilas e cidades maiores, a visita de um padre era um acontecimento de grande importância, afinal, o padre possuía a formação necessária para proporcionar aos imigrantes italianos a vivência no catolicismo. O sacerdote era investido de um poder simbólico – que, de acordo com Pierre Bourdieu (2012), é aquele poder recebido dos que a ele estão submetidos – e, de certa forma, de um poder real, aquele poder de construção da realidade, uma vez que era o detentor dos “meios de afirmar o sentido imediato do mundo, instituindo valores, classificações (hierarquia) e conceitos que se apresentam aos agentes como espontâneos, naturais e desinteressados” (Rosa, 2017, p. 6).

O poder que a igreja exercia nos imigrantes italianos, por meio da presença e atuação de um sacerdote nas colônias, dava-se segundo a total cumplicidade dos colonos. São comuns, na literatura, trechos de entrevistas e documentos – dentre outros – que registram a exigência, por parte dos imigrantes italianos, da corporatura de um sacerdote em localidades da serra gaúcha em que eles se radicaram. Percebe-se, igualmente, um movimento de aproximação e afastamento dos imigrantes, no cotidiano do sacerdote, que lhe garante ainda mais notoriedade e autonomia para agir segundo os interesses da igreja.

A aproximação do padre com as famílias, assim como os eventos e celebrações religiosas, era motivo de orgulho para os imigrantes e seus descendentes e, algumas vezes, possibilitava ao sacerdote a intervenção em outras questões: “eu lembro dele [padre] no púlpito pedindo dinheiro pro

povo para poder terminar [a igreja]” (Terezinha Veiga, 93 anos, 2024); “ eu me lembro bem do Padre Aleixo, que ele era assim, ele prolongava a missa muito, muito, muito, na hora do sermão ele falava, falava [...] e ele falava as coisas que nem, ele meio cutucava as pessoas né. Dele me lembro bem” (Zenaide Schuvartz, 84 anos, 2024).

Nesses dois depoimentos, descortinam-se dois momentos diferentes na interação religiosa com os fiéis. No primeiro, o padre interage com seus seguidores, e pede ajuda para finalização do templo, local de oração para todos, concretização de um bem comum, ou seja, a edificação é um objetivo que perpassa tanto os interesses do vigário como da comunidade. No segundo depoimento, o sacerdote “cutuca”, ou seja, instiga seus ouvintes sobre algum assunto, na faina de tornar imperativa a moral religiosa nos costumes dos imigrantes. Trata-se do movimento constante de supressão/intensificação do status sagrado do sacerdote, o que lhe assegura o trânsito entre os imigrantes consoante as suas disposições.

Silva (2012, p. 120) atribui esse acercamento sacerdotal à posição basilar do catolicismo, em virtude de que “mesmo nos países que foram palco das experiências liberais e democráticas modernas, seus ‘porta-vozes’ foram homens ligados às suas civilizações e comprometidos com a esfera do poder religioso”. Para a autora:

a crítica à religião e a posterior separação entre a Igreja e o Estado não eliminou a participação ativa do próprio clero no processo em curso, tampouco promoveu uma completa substituição da fé pela razão, ou da religião pela ideologia nacionalista. Assim, não foram incomuns casos em que se buscou constituir a nação como uma comunidade de fiéis utilizando-se símbolos cristãos para sacralizá-la, ou lançando-se mão da liturgia religiosa para comemorar a nação, processo esse em que o apoio fornecido pelos religiosos à causa nacional mostrou-se fundamental. Afinal, num mundo estruturado pela religião, a Igreja, através de seus representantes, foi o único poder com efetiva capacidade para se afirmar sobre os mais amplos setores da sociedade (Silva, 2012, p. 120).

Por outro lado, e num movimento contrário, o poder da figura do sacerdote também era mantido por meio de certo distanciamento dos fiéis, que demonstravam total cumplicidade frente a hábitos vários, como a utilização de idioma estranho aos imigrantes [latim] na condução das missas, por exemplo. De acordo com Ida Tomasi (92 anos, 2024), “a missa era rezada com o padre [...] **de costas**, e as mulheres de um lado e os homens do ou-

tro” (grifo das autoras). Assevera a afirmação Olga Giacobbo (86 anos, 2024): “era cada um no seu lugar, à direita era os homens, à esquerda era a mulher [...]. Os padres [...] usavam mais batina do que agora, porque quando que eles vinham também benzer as casas, essas coisas, eles vinham sempre de batina” – vestimenta que hoje é comum entre os padres em missas e celebrações, e não no dia a dia. Essa separação entre homens e mulheres no interior das igrejas é algo tão fortemente estabelecido na cultura local, que ainda se mantém em alguns lugares do interior como normal: “na igreja, todas elas ficavam do lado esquerdo destinado às mulheres; os homens sentavam nas bancas à direita. No templo da Linha Ferri<sup>6</sup> ainda há esse costume de ficarem separados” (Scarton, 2013, p. 59).

Diversas entrevistadas mencionaram que, durante muito tempo, as missas eram rezadas em latim, fato que, conjuntamente, demonstra o distanciamento mencionado e reforça a superioridade do sacerdote – o latim<sup>7</sup> era língua dos doutores, das pessoas letradas, logo, de difícil acesso à maioria da população. Esse perfil do clero político brasileiro [foi] em parte atribuído à maneira precária pela qual foi conduzida a reforma tridentina no Brasil, segundo a qual o clero deveria destacar-se em meio aos leigos, assumindo uma aura de pureza e santidade (Silva, 2012, p. 121)<sup>8</sup>.

6 Linha Ferri é uma localidade do interior, distante aproximadamente 25 km do município de Bento Gonçalves – RS.

7 Língua falada no entorno da cidade de Roma pelo Império Romano, o que a tornou a língua oficial da igreja católica. Mesmo depois de cair em desuso, o seu emprego foi mantido em celebrações e rituais religiosos.

8 Nos processos de construção dos Estados nacionais modernos, contudo, as relações entre *poder temporal* e *espiritual* nem sempre foram congruentes e harmoniosas. Tampouco limitaram-se ao âmbito institucional. Muitos clérigos aliaram de modo peculiar a *atividade pastoral* e *intelectual à atuação política*, buscando usufruir de suas redes de sociabilidade, do séquito de fiéis envolvidos pela aura mística do poder sacerdotal, em proveito de interesses próprios, resistindo às normatizações encaminhadas pelos Estados em construção. Além da participação ativa na construção dos novos espaços de sociabilidade – “políticas, patrióticas, filantrópicas e maçônicas, públicas e secretas” – que, conjuntamente às instâncias representativas, constituíram dimensão central da construção dos espaços públicos no Brasil, houve padres atuando por vias ainda mais informais de poder, acionando valores e códigos de conduta paralelos e mesmo avessos à elaboração da ordem constitucional. Além disso, o clero atuante no contexto da independência e nas etapas iniciais da construção do Estado nacional brasileiro teve sua formação orientada pelo “regalismo católico pombalino”. Este, longe de resumir a atuação sacerdotal à “sistematização” e “moralização das práticas e das representações religiosas”, atribuiu-lhe uma dimensão civil, mesclando as funções de homem público e sacerdote. Essa formação [...] desdobrou-se na abrangente inserção pública e civil do clero brasileiro no momento da instauração das formas políticas representativas, quando ganhou novos canais e abrangência. Tradicionalmente, em território “tão vasto, tão ermo, tão longe” dos centros de decisão política e, na maioria das vezes, das sedes de bispados, a atuação desses clérigos se deu em condições de grande poder e autonomia, aproximando-os

De qualquer forma, uma solicitação de um padre era sempre atendida, ninguém ousava questionar a autoridade religiosa. A influência dos sacerdotes na vida das pessoas é bem nítida nos depoimentos, seja no modo como a família deveria agir perante a igreja ou perante a sociedade, esta notadamente monogâmica e patriarcal. Ninguém desobedecia a um padre, mesmo que ele não viesse a saber da transgressão. O medo de uma punição celestial – de ir para o inferno – era maior do que qualquer vontade de discordar de um sacerdote ou da dificuldade para atender a uma solicitação sua. Afinal, como cita Chauí (2000) sobre os padres, “por terem a autoridade para se relacionar com o sagrado, tornam-se temidos e venerados pelo restante da sociedade”.

A leitura dos relatos das entrevistadas não deixa dúvidas de que história e memória se combinam; uma não existe sem a outra. A ausência de memória ou da capacidade de recordar dos indivíduos leva à perda identitária; o sujeito passa a não identificar mais quem é, e poder-se-ia compará-lo a um espaço vazio, onde nada frutifica. A memória pode ser a individual, aquela que só pode ser acessada pelo próprio indivíduo, mas ela está sempre ligada com a memória do grupo, e serve para manutenção das identidades pessoais e sociais. De acordo com Catroga (2015, p. 11):

na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das representações do pretérito.

Não é demais afirmar que a memória tem a importante missão de ser útil no presente e também no futuro. Como bem asseverou o historiador francês Jacques Le Goff (2013), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

No contexto em questão, compreende-se que a História Oral é uma das formas de disseminar as recordações dos indivíduos, fazendo com que alcancem mais pessoas e contribuam para a feitura historiográfica. Assim, a metodologia empregada na concepção e elaboração do presente artigo, voltado aos relatos orais de mulheres descendentes de imigrantes italianos, respaldou-se também em Portelli (1997, p. 16), para quem:

---

da condição de verdadeiros potentados.

a essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. [...] à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas.

De acordo com Michelle Perrot (2005), por muito tempo os relatos históricos “esqueceram” das mulheres, “como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou, ao menos, fora do acontecimento”. Sim, as mulheres possuem um histórico de exclusão, o que é uma injustiça, pois sempre fizeram parte das sociedades e colaboraram para o desenvolvimento social e econômico dos contextos em que estiveram inseridas. Sempre foram sujeitos da história e sua atuação, que é legítima e merece ser contada, jamais deve ser esquecida.

## **2 AS MULHERES E A IGREJA: A PERPETUAÇÃO DE DIFERENÇAS**

Se a historiografia, nas primeiras décadas do século XX, ainda se mantinha fortemente positivista e enfatizava os feitos masculinos e militares, mantendo a mulher “ocultada” na história, mesmo que ela tenha sempre sido atuante em todas as esferas sociais, a igreja, enquanto instituição, denota ter concedido seu aval para tal situação.

De acordo com Tavares e Costa (2015, p. 437), “a Igreja resistia em reconhecer a mulher enquanto sujeito social. Uma herança do patriarcado, ou seja, uma sociedade humana guiada por homens, tornando a mulher um ser inferior”. O modelo da igreja católica se firmou segundo o emprego de um discurso androcêntrico que desconsiderava a mulher. A própria representação da imagem de Deus é feita na figura de um homem, o que confirma a superioridade masculina na igreja e na sociedade.

Nesse contexto, Orlandi (2006) afirma o autoritarismo do discurso religioso, “em que o seu enunciador fala em nome de Deus, e por esta razão adquire autoridade diante dos receptores”. Isso não significa, porém, a ausência da imagem feminina na religião, e duas das mulheres que fazem parte da narrativa das escrituras sagradas tiveram sua trajetória adaptada pelo discurso católico de modo a edificar a imagem de mulher a ser seguida pelo feminino no ocidente. Para o catolicismo, a primeira mulher foi Eva, criada a partir do homem – ou mais especificamente, de uma parte dele, das costelas –, o que

ajudou a legitimar a ideia de uma suposta inferioridade natural feminina. Também serviu para justificar uma concepção de hierarquia social na qual a mulher era sempre colocada de forma submissa ao homem. As características (desobediência, inferioridade e malícia) da primeira mulher foram tratadas como naturais, e por isso atribuídas a todo o gênero feminino (Lima; Teixeira, 2008, p. 114).

Posteriormente, na Idade Média, a Igreja apresentou ao mundo a mãe de Jesus, Maria, que deveria servir de modelo de conduta a todas as mulheres por sua tenacidade e, antes de tudo, obediência e fidelidade aos intentos de Deus. Como consequência, o matrimônio passou a ser valorizado. Lima e Teixeira (2008, p. 114-115) elucidam essa construção:

A mãe de Jesus foi fundamental para a teologia cristã enriquecer o seu discurso, pois, com a sua fé e a sua obediência, trouxe a vida e a salvação ao mundo, ao contrário da sua antepassada, que tinha trazido morte e desgraça para toda a espécie humana. [...] Concebendo sem pecado, tornou-se o protótipo idealizado do feminino: destaca-se pela pureza sexual e pela maternidade, caminho de remissão às 'filhas de Eva'. Por intermédio dela a Igreja conseguia oferecer às mulheres uma espécie de saída da condição pecaminosa instaurada pela primeira mulher e mãe, Eva. Para isso, era necessário criar um novo modelo de mulher, ideal e idealizado: a de mãe, esposa e virgem. [...] Se a mulher não seguisse o ideal da virgindade e castidade, era preferível, então, que se casasse para ser esposa (servir ao homem) e, principalmente, ser mãe. [...] Eva era aquilo que as mulheres eram, por natureza; Maria, aquilo que as mulheres deveriam ser, por opção.

Os relatos oriundos da memória das mulheres entrevistadas deixam clara a presença dos padres na vida cotidiana dos imigrantes italianos, ou seja, nos aspectos que abrangeram o público e o privado dessas comunidades. Se a existência da religião nesse âmbito ocorre pelo desejo da instituição do catolicismo pelos imigrantes, como mencionado anteriormente, a sua configuração se dá segundo os propósitos e expectativas da própria religião, para a qual a mulher era doutrinada a fim de seguir a conduta mariana. Em diálogo com a conduta da Igreja, Almeida e Gomes (2013, p. 256) afirmam que “as religiões contribuíram para imposições de origem cultural e religiosa que, ao longo dos séculos, colocaram as mulheres na ordem hierárquica inferior do poder”.

O depoimento de Gertrudes Brun (91 anos, 2024) é ilustrativo dessa característica. A sua declaração carrega o peso de uma locução incontestável, marcado pelo emprego de verbos no imperativo presente que denotam a ausência da possibilidade de questionamentos quanto à fala sacerdotal:

Sim, que na hora da missa ele ditava, não sei quantos dias antes, acho que era um mês antes, ditava “fulano de tal, fulana de tal casa tal dia”, aí ele disse, eu sempre me lembro, que ele fez a entrevista, ele fazia entrevista dos noivos né, antes, aí ele disse [o padre] “tu **tens** que respeitar a mulher e a mulher **tem** que obedecer [a]o homem” (grifos das autoras).

A declaração supra denota claramente a posição da mulher perante a sociedade patriarcal e religiosa, que partilhava da premissa de que as instruções dos padres não deviam ser contestadas. A invisibilidade feminina, na fala em questão, situa-se na diferença abissal entre respeito e obediência, pois não é dada a esta última a possibilidade de questionamento e/ou intervenção. Em outros termos, a mulher deveria sujeitar-se ao padrão criado pela figura masculina e para a figura masculina, dentro do qual a mulher era considerada um ser menor.

Possamai (2004, p. 14 apud Cocco, 2008) assevera a rigidez com que homens e mulheres eram separados nas cerimônias religiosas. Diversas das mulheres entrevistadas relatam as lembranças da separação entre homens e mulheres dentro da igreja. Pode-se mencionar, nesse sentido, Pollak (1992), para quem a memória é “um elemento constituinte do sentimento de identidade [...] na medida em que ela é, também, um fator extremamente importante dos sentimentos de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção em si”.

Segundo Terezinha Veiga (93 anos, 2024), “os homens entravam, ficavam de um lado, as mulheres ficavam do outro lado e não podia cruzar na igreja”. Evidencia-se, pois, a existência de normatização dos corpos, além da imposição de um lugar subalterno a ser ocupado pelas mulheres, uma vez que, da perspectiva do padre, os homens encontravam-se à direita e ele no centro e no altar. Essa regulação pode remeter à oração do Creio (ou Credo) – em que Jesus “está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso” que, se interpretada conforme os hábitos religiosos impostos pelos sacerdotes aos imigrantes italianos, permite uma representação de Deus pelo padre e de glória e honra dos homens, que estão sentados no mesmo lado em que esteve Jesus: à direita.

Trata-se, segundo Cocco (2008, p. 3), da criação de uma “identidade

coletiva católica ao redor de ritos, orações e da própria instituição ao integrar o imigrante ao programa eclesial” e, conseqüentemente, de reforçar que a humanidade era masculina. Havia, no entanto, uma espécie de integração do padre no cotidiano do imigrante. Essa aproximação, já referida, mantinha o distanciamento hierárquico do sacerdote, mas lhe permitia, em nome da igreja, por exemplo, incentivar o matrimônio e a alta taxa de natalidade nas comunidades de imigrantes italianos. Tal motivação tinha origem na necessidade do aumento de mão de obra nas lavouras, sendo que a maioria dos imigrantes italianos estabelecidos na serra gaúcha era composta por agricultores<sup>9</sup>.

Estruturada na economia familiar, a colonização italiana seguiu um arquétipo dependente da força de trabalho gerada pelo casal monogâmico. **Aos moldes cristãos**, o matrimônio era a inserção na vida social, na qual deveriam ser mantidos os princípios morais de comportamento sexual. Em contradição com as práticas europeias anteriores à imigração, o matrimônio se realizava cedo e almejava produzir uma família fecunda. Ele ocorria por volta dos 18 a 20 anos para os homens e 16 a 18 para as mulheres. O que otimizava radicalmente a capacidade reprodutiva da mulher (Vaninni, 2010, p. 3-4, grifos das autoras).

Olga Giacobbo (86 anos, 2024), que se casou aos 19 anos, questiona, em seu relato, a imobilidade que atravessava as mulheres em decorrência da quantidade de filhos gerados: “Tinha todo mundo uma penca de filhos [...] Tu ia aonde com uma penca de filhos? Nove, dez, onze cada família, pelo amor de Dio<sup>10</sup>. [As mulheres estavam] sempre em função, sempre em função. [Ganhavam um] já tinha outro a caminho”. A postura da igreja e dos padres de estimularem a geração de filhos encontra respaldo em docu-

---

9 Como as atividades das mulheres entrevistadas estão ligadas diretamente à agricultura, vale a observação de Sartori (2015) que afirma a “crise **agrária**” europeia como um dos fatores que impulsionou a imigração italiana para a região da serra gaúcha (grifo das autoras). Nesse contexto, cabe, igualmente, o artigo de Gonçalves (2017), que menciona, em âmbito nacional, “problemas enfrentados pela **agricultura** – falta de braços e grandes extensões de terras incultas” (grifo das autoras). Manfio e Pierozan (2022) acrescentam que “o processo de colonização italiana no Brasil aconteceu no século XIX, devido às várias necessidades desse território, entre as quais estavam a falta de mão de obra para trabalhar nas lavouras paulistas de café (depois da abolição da escravatura), a efetivação da **ocupação do espaço sulino**, o fortalecimento de uma classe intermediária voltada para a constituição de um mercado interno diversificado e o desejo do governo imperial de ‘branquear’ a população brasileira, que era majoritariamente constituída por negros e mestiços” (grifos das autoras).

10 Dio = Deus.

mentos da igreja católica. Na *Casti Connubii*, por exemplo, “Pio XI condena o controle da natalidade mesmo que haja indicação terapêutica e até como medida eugênica. Na mesma linha, Pio XII condena rigorosamente [...] o controle da natalidade” (Saffioti, 1976, p. 52).

Eutália Bianchetti (89 anos, 2024) assevera o olhar depositado pela igreja exclusivamente na capacidade biológica de gerar da mulher. Em conversa com um padre da cidade onde residia, esse lhe disse que “a mulher era feita para procriar”. Lourdes Ficagna Zapatero, cuja entrevista foi publicada em Scarton (2013, p. 22), apresentou narrativa semelhante, em que o poder regulatório sobre o comportamento da mulher é exacerbado: “Ela recebeu orientação da avó para que avisasse ao religioso quando seria sua última confissão de solteira e, assim, foi ele quem lhe explicou o que aconteceria, introduzindo-a, inclusive, a respeito de qual seria a posição sexual adequada, menos pecaminosa”.

Saffioti (1976) explica o processo antinatural ao qual o sexo pertencia de acordo com a Igreja:

A postura do sacerdote na igreja Católica nunca deixou de ver a sexualidade como algo sujo e indigno, exceto quando submissa à única finalidade que ela reconhece no matrimônio: a procriação. “Mas nenhuma razão, diz Pio XI, sem dúvida embora gravíssima, pode tornar conforme com a natureza e honesto aquilo que intrinsecamente é contra a natureza. Sendo o ato conjugal, por sua própria natureza, destinado à geração da prole, aqueles que, exercendo-o, deliberadamente o destituem da sua força e da sua eficácia natural, procedem contra a natureza e praticam um ato torpe e intrinsecamente desonesto” (p. 53).

É relevante mencionar que uma família numerosa, além de ser possuidora de força braçal para o trabalho nas colônias, ainda fornecia contingente para as instituições religiosas – seminários e conventos –, de modo que era uma prática usual e sinal de orgulho familiar se algum dos descendentes seguisse a carreira religiosa e trabalhasse como servo de Deus, ou seja, um dos filhos se tornasse padre, e/ou uma das filhas, freira. Afinal, o padre ou freira seria uma marca do fervor familiar no catolicismo.

Exemplo de tal situação foi a família de Ida Tomasi (92 anos, 2024), onde nenhum dos filhos ou filhas escolheu ingressar para a vida religiosa. Na fala da entrevistada, pode-se perceber a persuasão sofrida para que se tornasse freira, visto que seu sonho era ser professora: “eu gostaria de estudar e passar à professora, e meu pai não, não queria, disse ‘tu vai ser Irmã, sim, senão, professora não’. Irmã disse ‘eu não vô’, então, fiquei assim”.

Tedesco (2001) menciona a existência de uma mística familiar que estruturava o cotidiano em seus aspectos social, econômico e religioso e que envolvia a subordinação feminina. Uma via extremamente eficaz utilizada para tanto era o sacramento do matrimônio. Severo e Costa (2020, p. 2) são concisas ao asseverarem o seu caráter regulatório:

A Igreja Católica normatizou a moral cristã com a instituição do sacramento do matrimônio como monogâmico e indissolúvel [...]. A sua estruturação legitimava o uso dos prazeres carnavais, logicamente voltados para o fim natural. A procriação, como dívida conjugal, tornou-se algo obrigatório dentro do contrato estabelecido.

Nessa configuração familiar, a religião se sobrepunha e era peremptória na organização social e econômica das colônias, dentro das quais à mulher era atribuída, de maneira e intenção redutoras, a característica da fragilidade física e a necessidade de contrair matrimônio. Como consequência, havia o que Tedesco (2001, p. 54) chama de “processos de representação definidores do papel da mulher”.

Bourdieu (2012), nessa seara, declara o antifeminismo “profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajés, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade” (p. 103). O autor faz menção a uma moral “‘familiarista’, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres” (Bourdieu, 2012, p. 103).

Questiona-se, todavia, se mulheres que geravam uma dezena de filhos eram frágeis fisicamente. É preciso acrescentar, ainda, que existe desconexão entre a teoria forjada pelo patriarcado e corroborada pela igreja – numa ‘suposta’ tentativa de proteção da figura feminina – de que “à mulher cabia o papel de mãe, de doméstica e de auxiliar geral” (Giron, 2008, p. 34) e a prática cotidiana das mulheres imigrantes italianas estabelecidas nas colônias da serra gaúcha.

Essa rotina diária das mulheres não é exclusividade das descendentes de imigrantes italianos, o que é possível verificar na historiografia sobre os primórdios da imigração, como é o caso da situação das famílias de origem germânicas no Estado, descrita por Jean Roche, e que retrata a jornada de trabalho feminina, em casa e na roça, além dos cuidados com a criação dos filhos:

Os homens, as mulheres e muitas vezes as crianças, são ab-

sorvidos, de manhã a noite, no desbravamento da floresta. Se a derrubada e a queimada são tarefas masculinas, as mulheres semeiam, plantam, mondam, colhem, ordenham e devem ainda, fazer o pão, a manteiga, a lixívia, etc. (Roche, 1969, p. 559).

Se, conforme afirmou Piazza Julio Ribeiro (*apud* Sartori, 2015), “a pobreza absoluta é o grande móvel desse episódio chamado imigração italiana”, a penúria extrema que esperava pelos imigrantes no Brasil não destituiu as mulheres da responsabilidade necessária à sobrevivência. Desse modo:

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na medida que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação do trabalho (Federici, 2017, p. 34).

Observa-se consenso nos relatos das entrevistadas acerca do excesso de trabalho realizado pelas mulheres, visto que elas eram as responsáveis pela criação dos filhos, pelo lar e pela ajuda no trabalho e na lavoura.

Geertz (1989) afirmou que a “Igreja católica constrói os símbolos que afirmam a superioridade do homem na sociedade” e um cânone regimental de mulher. Para Almeida e Nicolete (2016, p. 71-72):

um modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do Cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento onde se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia desqualificava a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual (p. 71-72).

A dominação masculina, no que tange ao tema do presente artigo, também fica evidente quando as entrevistadas falam sobre como se constituía o lazer para essas imigrantes.

Ida Tomasi (92 anos, 2024) contou que as mulheres “fazia[m] tudo em casa e na roça. Se tinha os filhos, iam junto [para o trabalho na colônia] ...”. Marcelina Soares (96 anos, 2024) explicou que a sua escolarização era preterida por seu pai, que demandava que ela o ajudasse a “capinar”, en-

quanto Mercedes Zandoná (86 anos, 2024) afirmou que o passatempo das mulheres, aos finais de semana, era “ir atrás das vacas e fazer o serviço. [...] Os homens iam jogar carta e as mulheres faziam tudo em casa”:

Não tinha divertimento. [Divertimento] só pros homens, a mulher, cuidar de filho. Olha, eu digo sempre, aquelas nonas, aquelas mulheres, não precisava ir na igreja pra ganhar o paraíso, porque foi sofrido o negócio; se levar na roça, embaixo duma planta, dentro duma cesta, as crianças pequenas enquanto que eles dormiam, elas iam capinar. [...] Ele [o homem] sentava, ia de tarde também, ele almoçava, daí ia fazer aquele sono, [...] e as mulheres, sobrava tempo? Não tinha soninho, era louça, era [ir] atrás das vacas, dar comida pros terneiros, era [ir] atrás dos pintos, era sempre corrida, quando ele levantava, “vamos, que tá na hora”. Era assim a vida na roça ... (Olga Giacobbo, 86 anos, 2024).

Não é novidade a existência dos jogos como forma de diversão nas colônias. Acontece que esses, a bocha, o futebol, o carteadado, a mora entre outros, pertenciam ao universo masculino, portanto, somente os homens desfrutavam desse lazer. As mulheres, ao contrário, tinham como passatempo ir à missa. “As mulheres, depois da missa – quando iam – tinham que retornar a casa e cuidar da prole, dos animais e dos demais serviços domésticos” (Zanini, 2007, p. 532).

Quando solteiras se, esporadicamente, frequentassem algum baile, eram devidamente acompanhadas pelos pais ou algum irmão mais velho, como relatou Marcelina Soares (96 anos, 2024): “ah, meu irmão vinha às vezes, ela [uma amiga da vizinhança] ia com o irmão dela e eu com meu irmão, mas era pertinho, mas longe não se ia ...”. E acrescentou: “de noite, às vezes eu escapava [...] num vizinho, fazia bailezinho com gaita de boca, juntava os vizinhos, então eu escapava dele [do pai], quando ele ia dormir eu ia, às vezes passava minha amiga lá, me chamava e eu ia, era pertinho”.

A figura do irmão como complemento ou sucessor à figura do pai está descrita por Cardoso (2016, p. 34), que assevera: “na produção da moça de família atuava a educação operada pela figura do pai e a promovida pelo irmão. Este podia julgar-se no direito de intervir nos comportamentos femininos, com o intuito de adestrar-lhe o corpo, pois o exercício do poder que detinha no âmbito familiar incidia sobre o corpo das mulheres”.

As mulheres imigrantes possuíam um papel relevante na economia das colônias. Elas eram, também, e em grande parte, as responsáveis por transformar muita matéria-prima, como o leite, em produtos que garan-

tiam a subsistência familiar, como o queijo, a manteiga e a puína<sup>11</sup>; também faziam a banha, muito apreciada e utilizada na alimentação das famílias, cuja sobra podia ser trocada por outros produtos ou vendida. A falta de reenseamento, nesse sentido, era outra questão conveniente à dominação masculina e tornava todo o trabalho desempenhado por elas invisível.

As mulheres eram:

excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos. As mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens (Bourdieu, 2012, p. 116).

Todas as decisões relacionadas às esferas pública e privada eram tomadas pelo homem, chefe da família cristã e patriarcal. Tratava-se de um contexto em que a igreja católica dominava o homem que, por sua vez, dominava a mulher. No âmbito do presente artigo, as entrevistadas confirmam essa premissa e a exemplificam quando seus relatos se voltam à questão do voto. Cabe acrescentar, pois, que quando questões como as do voto iniciaram no Brasil, mulheres como Nísia Floresta (1810-1885) e Violante Bivar e Velasco (1817-1875) lutavam por uma necessidade que antecedia à do voto: a escolarização das mulheres:

A autonomia das mulheres no Brasil Império – numa sociedade profundamente colonial, patriarcal e escravagista – estava vinculada ao papel desempenhado por seus pais e maridos. Também é certo afirmar que o que se poderia imaginar como primeiros passos do movimento pelos direitos da mulher às suas liberdades individuais coincidiu, em parte, com o movimento pela escolarização feminina e pelo direito ao sufrágio, que permaneceram associados inicialmente a uma classe de mulheres brancas, que tinham algum acesso à educação e participavam, de forma limitada, dos

---

11 Termo oriundo do dialeto Vêneto que significa “ricota” (Luzzatto, 2010, p. 686); “requeijão, coalhada” (Stawinski, 1987, p. 186).

círculos políticos, quase sempre vinculadas aos homens, que invariavelmente as tutelavam (Matos, s.d.).

Somente quatro das mulheres entrevistadas frequentaram a escola por mais tempo – menos da metade –, e o que permitiu esse ingresso em uma instituição educacional foi principalmente o fato de que residiam próximas da/ou na zona urbana de uma das cidades da serra gaúcha. As demais entrevistadas viviam na zona rural, confinadas ao espaço que abrangia as suas casas, lavouras e capelas, e seus votos obedeciam às ordens da autoridade masculina da casa – fosse o pai ou o irmão, uma vez que elas foram desautorizadas – pelos homens – da possibilidade de aprofundarem-se nos estudos e de desenvolverem uma vida social mais intensa e, conseqüentemente, uma consciência política. Trata-se, em outros termos, do fenômeno explicado por Lerner (2019):

As mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Como esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria. (p. 29).

Todas as entrevistadas sempre foram eleitoras. Wilma Frá (88 anos, 2024) e Ida Tomasi (92 anos, 2024) contaram que suas mães não votavam porque não foram alfabetizadas. Gertrudes Brun (91 anos, 2024), Olga Giacobbo (86 anos, 2024) e Clari Sartor (87 anos, 2024) afirmaram que votavam no candidato designado por seus pais, enquanto Marcelina Soares (96 anos, 2024) contou que votava de acordo com a recomendação do marido. Terezinha Veiga (93 anos, 2024), Eutália Bianchetti (89 anos, 2024), Wilma Frá (88 anos, 2024) e Zenaide Schuvartz (84 anos, 2024), por sua vez, afirmaram que votavam livremente, independente dos votos dos maridos e pais.

De acordo com Gertrudes Brun (91 anos, 2024), o pai era atuante na localidade e desejava que todos estudassem e votassem – só assim seriam cidadãos. Já Olga Giacobbo (86 anos, 2024) relatou que seu pai não sabia ler nem escrever, que não votava pois, como analfabeto, não tinha título de eleitor, mesmo assim, se interessava pela política, defendia seu partido, e orientava a família em quem deveria votar. Além do pai da senhora Olga Giacobbo (86 anos, 2024), os familiares de Clari Sartor (87 anos, 2024) também eram petebistas, e ela mencionou que seu pai votava nos candidatos desse partido, e orientava os demais familiares a procederem da mesma forma.

É verdade que uma das razões pelas quais as autoridades religiosas eram bastante próximas das famílias que colonizaram o interior da serra gaúcha apoia-se na ausência das autoridades civis nessas localidades:

A Igreja [foi] a primeira representante do poder público a fazer-se presente nas localidades mais distantes. Consequentemente, o padre, como uma autoridade capaz de mobilizar a população, acabava por assumir funções que extrapolavam as tarefas de natureza religiosa, ocupando o vazio de autoridade deixado pelo Estado (Souza, 2008, p. 128).

Pode-se entrever, desse modo, que na mesma medida em que as mulheres não seguiam as próprias aspirações também em relação ao voto, os homens, em sua maioria colonos dotados de pouco estudo, eram aconselhados pelas autoridades religiosas a votarem em um candidato ou noutro. Segundo Busata e Stawinski (1979, p. 9), “os padres também eram líderes políticos e, às vezes, até mesmo líderes partidários, como o padre Mateus Pasquali que, durante a Revolução Federalista, apoiou decididamente os republicanos”.

Por fim, pode-se asseverar que a vida nas colônias não era fácil para ninguém, o trabalho era pesado e indispensável para a sobrevivência da família, mas era mais difícil para as mulheres, uma vez que sua jornada era tripla: na casa, com os filhos, e na roça. Não há a mesma quantidade de relatos de homens que fizessem o trabalho das mulheres, mas o contrário é infinitamente maior. Apesar dos trabalhos femininos não serem valorizados como o masculino, as mulheres contribuíram em muito para o progresso familiar e, conseqüentemente, das localidades em que residiam:

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família [...] (Bourdieu, 2012, p. 117).

Daí, outrossim, a importância em escutar as vozes femininas, pois essas falas são peças novas – e, por que não dizer, peças-chave – no quebra-cabeça que constitui a história dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Bauman (2005, p. 56), a respeito, afirma:

A construção das identidades se assemelha à construção de um quebra-cabeça, ao qual faltam sempre peças, ficando, portanto, incompleto. É tarefa de toda uma vida que exige

'a libertação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas preestabelecidas e das verdades inquestionáveis'.

Não obstante a falta de reconhecimento da sociedade e da igreja, as mulheres foram e são constituintes da história, uma história também tecida por elas, independente das forças atuantes que, por muitos anos, tentaram inviabilizar essa condição feminina no propósito de que elas não se sobressaíssem a dos homens que, segundo a historiografia oficial da época em questão, eram os únicos que teriam capacidade para administrar a família e os negócios. Nessa perspectiva, as mulheres não poderiam tomar decisões além do ambiente familiar, as quais também precisavam do aval do marido.

Indispensável, todavia, a ocorrência de um processo que demonstra a ciência das entrevistadas em relação às condições das mulheres à época da colonização italiana na serra gaúcha, elucidado por Maluf (1995, p. 31):

A relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

De acordo com Rago (1995-1996, p. 14), os termos história e passado ecoam na ideia de identidade e, na mesma medida, estão ligados a ela, afirmação evidenciada na trajetória das mulheres aqui entrevistadas:

Ter um passado e uma história é uma necessidade dos vivos e, como diria Pierre Nora, traduz o profundo mal-estar do homem contemporâneo diante dos fenômenos de desenraizamento, de desterritorialização, de perda das referências tradicionais que organizavam sua vida. Nesse contexto, o passado é necessário para garantir a construção de nossa identidade, fundando nossas tradições, enraizando-as no tempo e no espaço, definindo nossas raízes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vozes femininas que perpassaram o texto sem dúvida servem como ponte entre o passado e o presente e nelas ressoam incontáveis outras trajetórias de mulheres. Por esse motivo, predispõem compreender o presente e se antecipar, tanto quanto é possível, ao futuro. Logo, o exercício do rememorar feminino pode conduzir a outras análises igualmente fundamentais, porém que não cabem ao recorte temático aqui proposto, como, por exemplo, a acuidade dessas mulheres no processo eleitoral da época, bem como as estratégias encontradas para sanar ou minimizar indisposições e doenças, como orações, benzeduras e o uso de plantas e ervas medicinais, a questão educacional, e o papel do sacerdócio nesse contexto.

Nesse estudo, é de vital importância a verbalização das recordações das entrevistadas. Seus relatos, dotados de subjetividade e de atributos individuais, “criaram a possibilidade de recuperar parte dos mundos que encontraram e que em alguma medida foram construídos por elas e por suas famílias” (Maluf, 1995, p. 18). Trata-se de, oralmente, se apropriar do seu espaço na historiografia oficial, ocultado pelo casamento por muito tempo indissolúvel entre a igreja e o masculino, e pensar uma arqueologia feminina no processo da imigração italiana na serra gaúcha.

Fundamental, pois, evidenciar as narrativas das dez mulheres descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, que se utilizaram do dom de lembrar para, através da oralidade, externar um pouco de suas vivências e, com isso, demonstrar que as mulheres, mesmo tolhidas em muitos aspectos, tinham/têm entendimento do que se passava. Ou seja, não raro, o silêncio feminino não significava alienação em relação à sua condição, e, provavelmente, consciência em relação à necessidade de sobrevivência.

Por terem vivido numa época patriarcal, em que todas as decisões eram sempre masculinas e o discurso da igreja lhes era impositivo e hostil, é imprescindível ouvir as vozes daquelas que representam uma amostra das que sempre foram colocadas à margem pelos homens, as mulheres. Além da sociedade patriarcal, ainda havia a influência da igreja, já citada, que avalizava a submissão feminina, conforme se verificou ao analisar os depoimentos das entrevistadas.

A igreja, pois, exercia um controle na vida dos colonos, e ditava o que podiam ou não fazer. Foi possível observar, nos relatos, a ambiguidade das ações dos padres – representantes da igreja enquanto instituição –, pois, em alguns casos, eram muito bem-vistos, em outros, nem tanto, com atitudes que mantinham a figura feminina na condição de dependência perante os homens.

Ademais, independente da demanda de energia que fosse necessária, as mulheres deveriam ser produtivas – trabalhar muito no lar e na roça, cuidar dos filhos, da casa, das roupas de todos, dos animais, fazer pão, tirar leite e transformá-lo em outros alimentos. Embora vistas e propagadas como inferiores pela Igreja, elas eram imprescindíveis na subsistência da família, porém, seu reconhecimento enquanto ‘colaboradoras’ as distanciava do protagonismo que exerceram no contexto de desenvolvimento das colônias de imigrantes italianos na serra gaúcha. Coube-lhes, ainda, a responsabilização pela reprodução, difundida pela igreja, entre outros, na pessoa dos padres, como necessária na aquisição de muitas mãos a mais para o trabalho braçal.

Observou-se um movimento de constante afastamento e aproximação dos padres em relação aos colonos imigrantes italianos, em conformidade com a religiosidade que, “pela estreita relação que possui com o mundo sobrenatural, se revestia de caráter disciplinador e, ao mesmo tempo, consolador” (Almeida; Nicolete, 2016, p. 70). O distanciamento, por meio do uso de elementos simbólicos como o uso constante da batina e a condução de missas em latim e de costas para o público, por exemplo, lhes garantia a manutenção do controle dos hábitos constitutivos do espaço em questão. O acercamento, verificado, dentre outros, nas visitas às famílias, garantia aos padres admiração e respeito, características que, igualmente, lhes permitiam a obtenção de informações – via contato com a população – úteis na conservação da ordem imposta pelo sistema oficial.

Afastadas dos fatos descritos pelo tempo e afetadas pelas mudanças sociais, econômicas, culturais que ocorreram entre o período narrado e o período vivido no momento em que concederam as entrevistas, as mulheres entrevistadas percorreram uma trajetória surpreendente. Elas se permitiram ultrapassar o ato de contar e analisaram as condições em que viveram enquanto crianças e adolescentes, nas quais eram consideradas como dependentes da figura masculina, cuja hegemonia era postulada pela igreja. Essa postura crítica revelou uma alteração na percepção dessas mulheres e, conseqüentemente, uma reformulação de valores e de princípios norteadores acerca da existência, da existência feminina e, sobretudo, das próprias existências.

Postula-se, à vista disso, que as colaboradoras orais muitas vezes aceitaram condições que lhes foram impostas por necessidade, o que não denota a sua concordância a respeito. O deslocamento das mulheres aqui entrevistadas para o centro do discurso também lhes permitiu revelar que todas elas possuem conhecimento e discernimento do seu passado e de sua importância como ‘sujeito’ no contexto da imigração italiana na serra gaú-

cha. As falas femininas, em que residem também aquelas que lhes precederam, a longevidade, a lucidez e a memória permitiram a essas mulheres *viver para contar*<sup>12</sup>.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane S. de; GOMES, Calil de S. De Eva a Maria: a Igreja e o matrimônio católico – educação religiosa e normas de conduta para mulheres. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, Campo Grande, MS, n. 36, p. 253-264, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/n36/1414-5138-sest-36-00253.pdf>>
- ALMEIDA, Jane S. de; NICOLETE, Jamilly N. Gênero, educação e religião: o poder simbólico na cultura e o discurso da desigualdade. *Religare*, v. 13, n. 1, p. 64-84, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/31243/16538>>.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BECKER NETO, Octávio; VENDRAME, Maíra Ines. Produção social do espaço imigrante (Brasil Meridional, século XIX): Reflexões a partir da metodologia da micro-história. *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, UESPI, ano IX, v. XIV, n. 1, 2022.
- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUSATA, Félix Fortunato; STAWINSKI, Alberto Victor. *Luis de La Vernaz: A Igreja em colônias italianas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Moças de família e códigos de sexualidade*

---

12 Termo emprestado do título da autobiografia do escritor colombiano Gabriel García Márquez.

- na primeira metade do século XX em Teresina/PI. *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 36, p. 31-54, 2016. ISSN 2179-8869.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- COCCO, Ricardo. A questão da religião e a imigração italiana no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas*, v. 9, n. 13, 2008. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/381>.
- DIAS, Ewerton Naves. *Religiosidade e fatores associados: um estudo com residentes na cidade de Itajubá, Minas Gerais*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade do saber*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- GATT, Pablo. A sexualidade em questão: o Pecado Original de Adão e Eva e o caráter negativo do ato sexual na Summa Theologiae (1273), de Tomás de Aquino. *Rev. Hist. UEG, Morrinhos*, v. 8, n. 2, e-821905, jul./dez. 2019.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: Est, 2008.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, n. 17, 2017. (Dossiê imigrações). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/6jgKHcz533MNMn5VcPPGR5M/#>.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil 500 anos. Território Brasileiro e Povoamento. Italianos. IBGE, 2024. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html#:~:text=%2D%20Uma%20delas%20%20C3%A9%20de%20ordem,cerca%20de%201%20C4%20milh%20C3%B5es>.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LENZI, Marcio Timotheo. Cotidiano dos imigrantes italianos e a influência religiosa católica do século XIX. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. v. 08, p. 102-132, 2022.

- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIMA, Raquel dos Santos Sousa; TEIXEIRA, Igor Salomão. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 113-126, jun. 2008.
- LUZZATTO, Darcy L. *Dicionário Português-Talian*. Porto Alegre: Corag, 2010.
- MACHIOSKI, Fábio L.; GONÇALVES, Marcos. O papel do discurso religioso na construção da identidade etnocultural dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. *Rever*, São Paulo, v. 19, n. 3, 2019.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MANFIO, Vanessa; PIEROZAN, Vinício L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha e da Quarta Colônia. **GEOUSP**, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/146130/195573>>.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul: Instituto Estadual do Livro, 1975.
- MATOS, Marlise. Voto feminino, neoconservadorismo e a luta feminista pelo futuro. *UFMG: 95 anos de vida, excelência e relevância*, s.d. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/95anos/diversa-95/voto-feminino-neoconservadorismo-e-a-luta-feminista-pelo-futuro/>>.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.
- POLLAK, Michel. *Memória e identidade*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>>.
- RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminino e (Pós)Modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995-1996.
- RAMPAZZO, Cristiane Bondan. *Francisco Sanches Filho – Paco: memória coletiva da região na Serra Gaúcha, RS – 1889-1931*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS.

- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 3-12, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005.
- SARTORI, Tríssia Ordovás. Saiba como começou a imigração italiana na Serra gaúcha. *Jornal Zero Hora*, 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2015/05/saiba-como-comecou-a-imigracao-italiana-na-serra-gaucha-4771629.html>>.
- SCARTON, Marciele Bertoldi. *Mulheres do Interior*. Bento Gonçalves: Fernanda Tomasi, 2013.
- SEVERO, Eduarda B.; COSTA, Mayara B. A influência da igreja católica no matrimônio e seu papel na construção da moral feminina. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU. Maceió, Centro de Exposições Ruth Cardoso, 2020.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831). *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 119-142, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/cWMBxW4zMMjdsDVts-QwPmfD/abstract/?lang=pt>>.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. *Almanack Brazilienze*, n. 08, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11700/13471>>.
- STAWINSKI, Alberto. *Dicionário do dialeto Vêneto Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1987.
- TAVARES, Marli José; COSTA, Carmen Lúcia. Mulheres na Igreja Católica: persistência histórica do patriarcado. In: NEVES, Adriana Freitas; FERREIRA, Idelvone Mendes; PAULA, Maria Helena de; Anjos, Petrus Henrique Ribeiro dos. *Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Volume 1: Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais*. São Paulo: Blucher, 2015.

- TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.
- THIEL, Rodrigo. Imigração italiana: 150 anos de uma cultura que povoou o Brasil. *Correio do Povo*, 2024. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/imigra%C3%A7%C3%A3o-italiana-150-anos-de-uma-cultura-que-povoou-o-brasil-1.1468123>>.
- VANNINI, Ismael. Crescei e multiplicai-vos: o papel da mulher no projeto imigratório (Serra Gaúcha – 1890-1950). In: FAZENDO GÊNERO 9 – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. Florianópolis, *Anais...*, 2010. Disponível em: <[https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277833952\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto-congressoUFSC.IsmaelAntonioVannini.pdf](https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277833952_ARQUIVO_TextoCompleto-congressoUFSC.IsmaelAntonioVannini.pdf)>.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2006.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um Olhar Antropológico sobre Fatos e Memórias da Imigração Italiana. *Mana*, v. 13, n. 2, p. 521-547, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/yYBvc5XNc5CrXTyY-qSvmVQw/>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

**Recebido em:** 29/06/2024

**Aceito em:** 12/08/2024